

INSTITUCIONALISMO E MARXISMO: UM DEBATE METODOLÓGICO

Isadora Pelegrini¹

Resumo: O trabalho proposto busca estabelecer um debate entre a metodologia e as interpretações institucionalista e marxista, buscando resgatar as concordâncias entre estas duas correntes de pensamento a respeito da evolução do processo histórico e dos fenômenos sociais, bem como as discordâncias que aparecem devido às diferenças metodológicas das duas abordagens. Para tal, faz-se necessário esclarecer e definir o ponto de partida metodológico de Marx – e marxistas – e Veblen – representando os velhos institucionalistas –, destacando os principais conceitos e as influências filosóficas. Ademais, é essencial apresentar as principais convergências e diferenças teóricas e metodológicas das duas correntes de pensamento, bem como discutir as principais críticas que autores institucionalistas tecem à perspectiva marxista.

O trabalho propõe argumentar que tais críticas derivam da diferença metodológica entre as duas correntes. Veblen e Hodgson, por desenvolverem o pensamento dentro de uma metodologia evolucionária: i) fora das bases da dialética, não concordam que o ser pode ser, concomitantemente, ele mesmo e um outro – o indivíduo, simultaneamente, genérico e particular; ii) fora das bases do materialismo, não reconhecem a unidade e contradição entre teoria e prática – a práxis. Assim, apesar de, aparentemente, estarem concordando em diversos assuntos, por utilizarem metodologias diferentes, a profundidade da análise e, portanto, a própria interpretação de mundo do marxismo e institucionalismo, é fundamentalmente discrepante.

Palavras-chave: institucionalismo; marxismo; metodologia; evolucionismo; materialismo-histórico-dialético.

¹ Doutoranda em Economia no CEDEPLAR/UFGM. Mestre em Economia pelo PPGE/UFRGS.

1. Introdução

O institucionalismo norte-americano é uma corrente de pensamento de complexa definição em virtude da diversidade de princípios teóricos e metodológicos fundamentais. Há discordância até na própria conceituação de “instituição” entre as múltiplas abordagens². Não existe, para seus adeptos, o propósito de construir uma teoria geral inserida em um único modelo, uma vez que o intuito é partir de conceitos comuns – instituições, regras, hábitos e sua evolução – para investigar fenômenos socioeconômicos utilizando ferramentas teóricas próprias de cada abordagem em particular, processo de pensamento que facilita, em tese, análises específicas às condições históricas intrínsecas de distintas comunidades³.

Às imputações de insuficiência de rigor metodológico ou da inaptidão em oferecer um corpo teórico sistemático e coerente, os pensadores institucionalistas respondem que, além do fato da riqueza da corrente institucionalista consistir na própria interação e diversidade teórica⁴, esta possui como objetos de estudo temas não investigados pelos economistas convencionais; isto é, os problemas com os quais os economistas convencionais se preocupam são irrelevantes, imprecisos e carecem de correspondência com a realidade⁵.

Nesse sentido, é possível distinguir algumas “vertentes” do institucionalismo norte-americano. Alguns autores⁶ classificam em velha economia institucional (ou “institucionalismo radical”⁷), de Thorstein Veblen, John R. Commons e Wesley C. Mitchell, e nova economia institucional (NEI), de Oliver Williamson, Ronald Coase e Douglass North. Outros⁸ reivindicam uma terceira corrente, a neo-institucionalista, composta por Malcolm Rutherford, Geoffrey Hodgson e Warren J. Samuels, cuja proximidade com os fundamentos teóricos dos antigos institucionalistas é mais evidente do que no caso da NEI.

A velha economia institucional surgiu no final do século XIX e entrou em declínio durante a Segunda Guerra Mundial⁹. Tal corrente, e Veblen em especial, partia da crítica ao mainstream da ciência econômica para defender uma concepção de ciência social evolu-

2 RUTHERFORD, Malcolm. “Understanding institutional economics: 1918-1929”. *Journal of the History of Economic Thought*, v. 22, n. 3, p. 277-308, 2000.

3 HODGSON, Geoffrey M. “The approach of institutional economics”. *Journal of economic literature*, v. 36, n. 1, p. 166-192, 1998.

4 CONCEIÇÃO, Octavio A. C. “Os antigos, os novos e os neo-institucionalistas: há convergência teórica no pensamento institucionalista?” *Análise econômica*. Porto Alegre. v. 19, n. 36, p. 25-45, 2001.

5 STANFIELD, James Ronald. “The scope, method, and significance of original institutional economics”. *Journal of Economic Issues*, v. 33, n. 2, p. 231-255, 1999.

6 Ibid.

7 DUGGER, William M. “Radical institutionalism: basic concepts”. *Review of Radical Political Economics*, v. 20, n. 1, p. 1-20, 1988.

8 SAMUELS, Warren J. “The present state of institutional economics”. *Cambridge Journal of Economics*, v. 19, n. 4, p. 569-590, 1995. CONCEIÇÃO, Octavio A. C. “Além da Transação: Uma comparação do pensamento dos Institucionalistas com os Evolucionários e Pós-Keynesianos”. *Revista Economia*. Brasília, v. 7, n. 3, p.621-642, 2007.

9 MORGAN, Mary S.; RUTHERFORD, Malcolm. “American economics: the character of the transformation”. *History of Political Economy*, p. 1-26, 1998.

cionária. Combatia, ademais, a crença da economia clássica na tendência ao equilíbrio, o que considerava ser um princípio teleológico que dominava a ciência pré-darwiniana¹⁰. Atribuía, por conseguinte, maior importância à pesquisa relacionada ao processo de evolução das instituições, das condições culturais e históricas das sociedades, fundamentada em um estudo metucioso dos hábitos e rotinas dos indivíduos¹¹.

Já a NEI emergiu na segunda metade do século XX após a percepção de diversas limitações no arcabouço teórico neoclássico. Buscou-se, portanto, utilizar parte do aparato conceitual e teórico dos velhos institucionalistas para preencher as lacunas identificadas, de modo a entender a influência das intuições no comportamento humano para, a partir da regulação do ambiente institucional, reduzir a incerteza no mercado e levar à eficiência econômica. O foco era, portanto, elaborar uma teoria da firma não-convencional¹².

O neo-institucionalismo, por fim, despontou em meados dos anos 1960 com o propósito de resgatar a tradição da velha economia institucional. Os economistas, organizados por meio da *Association for Evolutionary Economics* (AFEE) e da *Association for Institutional Thought* (AFIT), discordavam de diversas proposições teóricas introduzidas pela NEI e debatiam, principalmente no *Journal of Economic Issues*, questões subjacentes à psicologia, evolução, poder, instituições e tecnologia, procurando contribuir com novos elementos para atualizar o pensamento dos antigos institucionalistas¹³.

Após a discussão realizada previamente, é possível constatar que o presente artigo não procura tratar de uma metodologia institucionalista universal, uma vez que, caso fosse possível encontrar e estabelecer sucintamente um núcleo teórico, este seria demasiadamente amplo para servir aos propósitos de realizar um debate metodológico com outra corrente de pensamento. À vista disso, é necessário esclarecer que o texto se ocupa do institucionalismo evolucionista baseado nos escritos de Veblen; institucionalismo cuja metodologia – que será amplamente discutida a seguir – manteve certa continuidade nos trabalhos de alguns autores neo-institucionalistas.

Tais considerações se fazem necessárias porque, apesar de integrar uma única “vertente”, os antigos institucionalistas não trabalham utilizando o mesmo prisma metodológico. Veblen, Commons e Mitchell – considerados os “fundadores” do institucionalismo norte-americano – possuem métodos e abordagens distintas, desde história documental

10 VEBLEN, Thorstein. “Why is economics not an evolutionary science?” *The quarterly journal of economics*, v. 12, n. 4, p. 373-397, 1898. CAVALIERI, Marco A. R. “O surgimento do institucionalismo norte-americano de Thorstein Veblen: economia política, tempo e lugar”. *Economia e Sociedade*, v. 22, n. 1, p. 43-76, 2013.

11 HODGSON, Geoffrey M. “Institutional economics: surveying the ‘old’ and the ‘new’”. *Metroeconomica*, v. 44, n. 1, p. 1-28, 1993.

12 CONCEIÇÃO, Octávio Augusto Camargo. “A relação entre processo de crescimento econômico, mudança e instituições na abordagem institucionalista”. *Ensaio FEE*, v. 23, p. 603-620, 2002. CHECHI, Leticia Andrea; GRISA, Cátia. “Abordagens institucionalistas e as contribuições na análise de políticas públicas”. *Revista de Políticas Públicas*, v. 23, n. 2, p. 735-753, 2019.

13 SAMUELS, Warren J. “The present state of institutional economics”. *Cambridge Journal of Economics*, v. 19, n. 4, p. 569-590, 1995.

até métodos quantitativos. A influência primordial de Veblen na constituição da economia institucional é inegável, tendo em vista que sua crítica ao hedonismo e o projeto de considerar as insurgentes teorias psicológicas sociais do comportamento moldaram a agenda de pesquisa futura. No entanto, traços metodológicos fundamentais do pensamento vebleniano não foram transmitidos para o institucionalismo como um todo – a saber, a problemática da causação cumulativa e a percepção da tecnologia como vetor de transformações institucionais por meio de rotinas e hábitos¹⁴.

Uma vez realizados todos esses esclarecimentos, cabe elucidar que, dentro dos propósitos do artigo e para simplificar a linguagem, será chamado “institucionalismo” o institucionalismo evolucionista vebleniano. Já a intenção de estabelecer um debate metodológico deste institucionalismo em particular com o marxismo é inspirada nas diversas aproximações outrora realizadas por vários autores – a título de exemplo, Dugger afirma que o institucionalismo de Veblen é “primo primeiro”¹⁵ do marxismo, visto que ambos acreditavam na imprescindibilidade de uma transformação fundamental no capitalismo para alicerçar um sistema igualitário –, conformando uma necessidade de compreender até que ponto é adequado traçar paralelos entre as duas correntes.

Portanto, conforme já enunciado, o presente artigo busca estabelecer um debate entre a metodologia e as interpretações institucionalista e marxista, buscando resgatar as concordâncias entre essas duas correntes de pensamento a respeito da evolução do processo histórico e dos fenômenos sociais, bem como as discordâncias que aparecem devido às diferenças metodológicas das duas abordagens.

O artigo é composto por cinco seções, incluindo esta introdução. Na segunda seção, faz-se um esforço para esclarecer e definir o ponto de partida metodológico de Marx – e marxistas – e Veblen – e os institucionalistas evolucionistas –, destacando os principais conceitos e as influências filosóficas. Na terceira seção, apresenta-se as principais convergências e diferenças teóricas e metodológicas das duas correntes de pensamento. Na quarta seção serão discutidas as principais críticas que autores institucionalistas tecem à perspectiva marxista. Por fim, a última seção é dedicada às considerações finais.

2. Método

Darwin desenvolveu sua teoria da evolução baseando-se em princípios complexos da seleção natural, argumentando que os organismos vivos evoluem geneticamente através do processo de adaptação ao ambiente, ao passo que este, por sua vez, também é alterado por meio de sua interação com esses organismos¹⁶. Veblen, influenciado metodológica e filosoficamente por Darwin, cria uma explicação evolucionista dos fenômenos sociais. Se-

14 RUTHERFORD, Malcolm. “Understanding institutional economics: 1918-1929”. *Journal of the History of Economic Thought*, v. 22, n. 3, p. 277-308, 2000.

15 DUGGER, William M. “Radical institutionalism: basic concepts”. *Review of Radical Political Economics*, v. 20, n. 1, 1988, p. 2.

gundo o autor, a teoria evolucionária é uma teoria dos processos, ou seja, de uma sequência de desdobramentos, um processo gradual de mudança¹⁷.

Adaptando a filosofia por trás da teoria darwiniana, o pensador desenvolve um método compatível com a análise dos aspectos socioeconômicos em que a instituição – em sentido amplo, como forma de organização humana – tem papel central e se manifesta enquanto sujeito e objeto das transformações. De acordo com ele, o ambiente institucional – composto por hábitos, comportamentos, aspectos culturais, normas e leis –, ao mesmo tempo que evolui sob a ação dos indivíduos, influencia na evolução destes¹⁸. Nas palavras de Veblen:

The economic life history of the individual is a cumulative process of adaptation of means to ends that cumulatively change as the process goes on, both the agent and his environment being at any point the outcome of the last process¹⁹.

Deste modo, a partir desta interação – do indivíduo com o ambiente – que o processo histórico, social e econômico vai se desdobrando cumulativamente em uma direção incerta e imprevisível²⁰. Dugger²¹ argumenta que essa característica do pensamento de Veblen pode ser interpretada como um pessimismo existencialista, uma vez que o pensador concebia a história amparado pelo conceito do “absurdo” – preferia, contudo, o termo “opaco” para definir o processo, indicando a ausência de tendências. Em outras palavras, a história só possui o significado que as pessoas conferem a ela. Essa noção absurdista da história transparece por meio do conceito de *blind drift*, ou “deriva cega”, que designa o processo evolutivo natural – em bases darwinianas – no qual as instituições, a depender de sua adaptação, são selecionadas.

O institucionalismo vebleniano direciona a análise para três temáticas centrais. A primeira delas diz respeito ao reconhecimento da insuficiência da teoria neoclássica em apreender as inovações e o contexto na qual são implementadas, supondo-as exógenas. A segunda relaciona-se com a negação da concepção de equilíbrio, substituindo-a pela investigação da mudança evolutiva. A terceira concerne a pesquisa da transformação tecnológi-

16 HODGSON, Geoffrey M. “On the evolution of Thorstein Veblen's evolutionary economics”. *Cambridge journal of economics*, v. 22, n. 4, p. 415-431, 1998.

17 VEBLÉN, Thorstein. “Why is economics not an evolutionary science?” *The quarterly journal of economics*, v. 12, n. 4, p. 373-397, 1898.

18 HODGSON, Geoffrey M. “On the evolution of Thorstein Veblen's evolutionary economics”. *Cambridge journal of economics*, v. 22, n. 4, p. 415-431, 1998.

19 VEBLÉN, Thorstein. “Why is economics not an evolutionary science?” *The quarterly journal of economics*, v. 12, n. 4, 1898, p. 380.

20 ARGYROUS, George; SETHI, Rajiv. “The theory of evolution and the evolution of theory: Veblen's methodology in contemporary perspective”. *Cambridge Journal of Economics*, v. 20, n. 4, p. 475-495, 1996.

21 DUGGER, William M. “Radical institutionalism: basic concepts”. *Review of Radical Political Economics*, v. 20, n. 1, p. 1-20, 1988.

ca como vetor central na evolução econômica, focando, principalmente, na compreensão do relacionamento entre os elementos que compõem e influenciam esta evolução²².

Nessa perspectiva, portanto, a instituição “is of the nature of usage which has become axiomatic and indispensable by habituation and general acceptance”²³, isto é, uma situação presente consolidada a partir de hábitos passados que é capaz de orientar a reprodução (ou alteração) destes mesmos hábitos e rotinas no futuro. Veblen exemplifica o fenômeno nas bases da biologia, relatando que sua contrapartida fisiológica seria os vícios habituais investigados pelos especialistas em sobriedade²⁴.

Os conceitos de emergência e propriedades emergentes também são caros à metodologia evolucionária institucionalista. Hodgson²⁵ afirma que Veblen nunca desenvolveu o conceito filosófico de emergência; porém, a partir das leituras do autor é possível perceber indicações que podem ser interpretadas nesse sentido. Lloyd Morgan, professor de zoologia e geologia em Bristol, elaborou essas categorias com o objetivo de desenvolver uma abordagem acerca da evolução socioeconômica não reducionista a termos exclusivamente biológicos. Assim, o ambiente social era o nível emergente que evoluía continuamente, gerando transformações filogenéticas graduais no organismo humano decorrentes da seleção natural darwiniana. Contudo, apesar dessa mudança, havia um aspecto de continuidade nas condições naturais, possibilitando um rápido desenvolvimento ontogenético – ou seja, desenvolvimento do organismo sem alterações genéticas – possibilitado pela preservação das informações através de registros escritos, tradições, tecnologias, entre outros²⁶.

Veblen rejeitava a explicação exclusivamente biológica para fenômenos culturais e institucionais afirmando que os próprios conceitos de “cultura” e “instituição” seriam redundantes se interpretados biologicamente²⁷. Sugere, em seu lugar, uma explicação acerca destes que envolve a seleção natural em uma perspectiva social, que leva em conta a ação individual que, através das interações com o ambiente, cria comportamentos complexos em conjunto. Os elementos institucionais, para Veblen, compunham parte do ambiente e atuavam como sujeitos do processo evolucionário²⁸, como entidades emergentes que, através dos seus comportamentos individuais manifestando-se em conjunto, evoluíam a partir da seleção natural, sendo capazes de gerar transformações no ambiente socioeconômico.

O marxismo, por sua vez, parte da metodologia materialista histórica e dialética. O materialismo é uma concepção filosófica em que todos os fenômenos partem do material,

22 CONCEIÇÃO, Octavio A. C. “Os antigos, os novos e os neo-institucionalistas: há convergência teórica no pensamento institucionalista?” *Análise econômica*. Porto Alegre. v. 19, n. 36, p. 25-45, 2001.

23 VEBLEN, Thorstein. *Absentee ownership: Business enterprise in recent times: The case of America*. George Allen & Unwin, 445 pp., 1924, p. 101.

24 Ibid.

25 HODGSON, Geoffrey M. “On the evolution of Thorstein Veblen's evolutionary economics”. *Cambridge journal of economics*, v. 22, n. 4, p. 415-431, 1998.

26 Ibid.

27 Ibid.

28 Ibid.

sempre em movimento, de modo que a matéria seja “substância primeira e última de qualquer ser”²⁹. A dialética marxista é derivada da hegeliana, com a ressalva de sair do ponto de partida materialista, e não idealista. Nas palavras do próprio Marx,

Para Hegel, o processo de pensamento, que ele, sob o nome de ideia, transforma num sujeito autônomo, é o demiurgo do real, real que constitui apenas a sua manifestação externa. Para mim, pelo contrário, o ideal não é nada mais que o material, transposto e traduzido na cabeça do homem³⁰.

Ou seja, enquanto que, para Hegel, a consciência determinava o sujeito, para Marx o sujeito construía sua consciência a partir da apreensão do real concreto.

Hegel buscou em sua lógica dialética superar a metafísica, método que assimilava a realidade por meio de conceitos dados, estáticos e permanentes, que se encontram isolados um do outro, resultando numa abordagem de “antíteses desconexas”³¹, ou seja, um raciocínio dual de antíteses que se excluem mutuamente. A dialética rompe com essa lógica dualista, dando maior importância ao devir, ao movimento e à transformação. Na dialética, o ser é si mesmo e outro ao mesmo tempo³², uma vez que esta concebe a realidade como dinâmica e contraditória³³.

O processo de conhecimento, na dialética, parte do concreto por meio da percepção da totalidade concreta inicial, abstraindo-a através da construção de conceitos que separam o que é contingencial do que é essencial – o que é a essência e o que é a aparência, ou seja, o modo como a essência se manifesta. A partir dessa abstração, o pesquisador faz um esforço para explicar o real, que antes era caótico, voltando ao concreto – que além de ser o ponto de partida, é também o de chegada³⁴.

Assim, assentado no materialismo, Marx procura entender a produção e transformação da vida social, política e econômica por meio da dialética, que só existe se houver movimento que, por sua vez, só ocorre se houver um processo histórico³⁵. Marx direciona,

29 ALVES, Alvaro M. “O método materialista histórico dialético: alguns apontamentos sobre a subjetividade”. *Revista de Psicologia da UNESP*, v. 9, n. 1, 2017, p. 1.

30 MARX, Karl. *Livro primeiro: o processo de produção do capital. Tomo I (Prefácios e Capítulos I a XII). O capital: crítica da economia política*, v. 1, 1983.

31 ENGELS, Friedrich. *Anti-dühring*. Boitempo Editorial, 2017, p. 38.

32 Engels exemplifica esse processo de pensamento por meio da dicotomia vivo/morto e ser/não ser, da metafísica, argumentando que no organismo dos seres vivos várias células, ao longo de sua existência, morrem e nascem outras, se renovando continuamente, de modo que o ser seja a si mesmo e outro ao mesmo tempo (Engels, 2017).

33 MASSON, Gisele. “Materialismo histórico e dialético: uma discussão sobre as categorias centrais”. *Práxis Educativa*, Ponta Grossa, v. 2, n. 2, p. 105- 114, 2007.

34 FONSECA, Pedro Cezar Dutra. “O método em economia: uma perspectiva histórica”. *Revisão da crise: metodologia e retórica na história do pensamento econômico*. São Paulo: Bernal, 1991.

35 MASSON, Gisele. “Materialismo histórico e dialético: uma discussão sobre as categorias centrais”. *Práxis Educativa*, Ponta Grossa, v. 2, n. 2, p. 105- 114, 2007.

portanto, seu pensamento à ciência da história por meio da luta entre as antíteses, a contradição, partindo da manifestação fenomênica do concreto – a aparência – para compreender a essência – a realidade. De acordo com Marx, a realidade não se mostra exatamente como ela é, de modo que a aparência, apesar de estar contida no real, o mistifica³⁶. Destarte, há de se partir dessa aparência, mas não se ater a ela, processo realizado através do esforço de abstração. Em outras, palavras:

[...] aquele que procura captar o real sem ter passado pela abstração não é capaz de captar o essencial, o concreto, mantém-se no superficial, no aparente. A aparência é um reflexo da essência, da realidade concreta; o reflexo é, pois, transitório, fugaz e pode ser facilmente negado, superado pela essência³⁷.

O institucionalismo e o marxismo, portanto, partem de uma abordagem metodológica evolucionária³⁸; porém, enquanto para o institucionalismo a evolução acontece por meio da seleção natural de instituições que ocorre em virtude da interação entre agente e estrutura, transformando tanto o indivíduo quanto o ambiente, sendo ambos resultado de um processo que se desdobra cumulativamente em direção ao desconhecido; para o marxismo, a evolução se dá através da luta entre contradições – em sua forma concreta, abstrata e no modo como estas formas se manifestam –, da qual, a partir da síntese, emergem novas antíteses que também estarão em luta. Assim,

O componente dialético afirma que a realidade concreta não é uma substância estática numa unidade indiferenciada, mas uma unidade que é diferenciada e especificamente contraditória: o conflito de contrários faz avançar a realidade num processo histórico de transformação progressiva e constante, tanto evolucionária como revolucionária, e, em suas transformações revolucionárias ou descontínuas, dá origem à novidade qualitativa autêntica³⁹.

Por meio desse movimento da contradição dialética, abre-se um leque de possibilidades históricas, levando ao desdobramento do processo histórico também imprevisível, destarte, não teleológico.

36 Ibid. FONSECA, Pedro Cezar Dutra. “O método em economia: uma perspectiva histórica”. *Revisão da crise: metodologia e retórica na história do pensamento econômico*. São Paulo: Bienal, 1991.

37 MASSON, Gisele. “Materialismo histórico e dialético: uma discussão sobre as categorias centrais”. *Práxis Educativa*, Ponta Grossa, v. 2, n. 2, 2007, p. 109.

38 HODGSON, G.; CALLINICOS, Alex. “Institutionalism versus Marxism: Perspectives for Social Science - A Debate Between Geoffrey Hodgson and Alex Callinicos”. *Working Paper: University of Hertfordshire Business School*. United Kingdom, 2005.

39 ALVES, Alvaro M. “O método materialista histórico dialético: alguns apontamentos sobre a subjetividade”. *Revista de Psicologia da UNESP*, v. 9, n. 1, 2017, p. 5.

3. Concordâncias e discordâncias

Partindo desses fundamentos metodológicos iniciais, é interessante discorrer, para o propósito do artigo, acerca das semelhanças e divergências das duas correntes de pensamento. Assim, é interessante trazer autores que realizam um diálogo buscando estabelecer um terreno comum de interpretações para, por fim, diferenciá-las tendo por base a distinta metodologia e filosofia empregada por ambos.

Hodgson e Callinicos⁴⁰ escrevem um texto em conjunto debatendo entre si: Hodgson em defesa do institucionalismo e Callinicos em defesa do marxismo. Durante o texto, os autores apontam o que interpretam como concordâncias nas duas escolas de pensamento. Para Hodgson, ambas as correntes se preocupam em entender e teorizar a relação entre o indivíduo e a estrutura social no sentido de uma interdependência, rejeitando posições extremistas, i.e., que explicam os fenômenos somente através da estrutura ou dos indivíduos. Além disso, o autor menciona que os dois também reconhecem a especificidade histórica e o caráter dinâmico da estrutura socioeconômica no tempo; sendo necessário, portanto, adaptar a teoria, em virtude do fato de que, nas ciências sociais, “one theory may not adequately fit all social forms”⁴¹.

Já Callinicos argumenta que a principal convergência entre os pensamentos institucionalista e marxista é contrapor o raciocínio econômico neoclássico e ortodoxo, tanto no que diz respeito à concepção de indivíduo quanto no tocante às questões estruturais. O autor destaca que ambas as correntes de pensamento criticam a noção ortodoxa do agente perfeitamente racional idealizado, enfatizando a necessidade de analisar as condições institucionais para a construção de uma teoria econômica que compreende o processo histórico evolutivo das relações sociais. Ademais, Callinicos também ressalta a relevância que o marxismo e institucionalismo conferem ao desequilíbrio e ao caos para explicar as mudanças evolutivas, principalmente ao examinar o sistema capitalista⁴².

Dugger e Sherman⁴³ realizam um diálogo similar entre os pensamentos marxista e institucionalista examinando quatro elementos da evolução social: relações econômicas, tecnologia, mitos autorizados – ou *enabling myths*, categoria analítica do pensamento institucionalista evolucionário – e democracia. A partir da relação estabelecida entre estes quatro elementos, nas duas abordagens, os autores investigam os processos de mudança estrutural, tensão social e conflito social. Analisando todos esses aspectos de acordo com ambas as correntes de pensamento e traçando semelhanças e diferenças, a conclusão geral dos autores é que ambos concordam na maioria dos pontos e se complementam, porém,

40 HODGSON, G.; CALLINICOS, Alex. “Institutionalism versus Marxism: Perspectives for Social Science - A Debate Between Geoffrey Hodgson and Alex Callinicos”. *Working Paper: University of Hertfordshire Business School*. United Kingdom, 2005.

41 Ibid., p. 3.

42 Ibid.

43 DUGGER, William; SHERMAN, Howard J. *Reclaiming Evolution: A dialogue between Marxism and institutionalism on social change*. Routledge, 2000.

enquanto os marxistas se preocupam mais com a luta de classes e a acumulação de capital, os institucionalistas enfatizam a questão cultural e os *vested interests*⁴⁴.

A discussão principal do livro perpassa o modo como os quatro elementos da evolução social estão intimamente relacionados, influenciando uns nos outros. É, portanto, uma análise que procura unir institucionalistas e marxistas por meio do raciocínio evolucionário intrínseco às duas metodologias, explicitado tanto na interdependência entre esses quatro elementos quanto na dimensão dinâmica destes. Assim, segundo Dugger e Sherman⁴⁵, as relações humanas desiguais – de classe, segundo os marxistas, e de raça, gênero, nacionalidade, etnicidade, religião e orientação sexual, de acordo com os institucionalistas – reforçam os mitos autorizados, direcionam o progresso tecnológico e incitam mudanças democráticas; ao passo que os mitos autorizados, a tecnologia e a democracia podem transformar ou perpetuar as relações desiguais.

Além disso, os mitos autorizados também têm a capacidade de direcionar o progresso tecnológico, impedindo o desenvolvimento de invenções não benéficas para os grupos dominantes e fomentando a criação de tecnologias segundo grupos de interesses, além do fato de poder perpetuar ou revolucionar evolutivamente um regime político; enquanto que o progresso tecnológico e a democracia também podem influenciar na destruição de mitos antigos, substituindo por novos. Por fim, o progresso tecnológico pode legitimar um regime político ou fazer com que este se torne anacrônico, da mesma forma que o regime político pode direcionar as mudanças tecnológicas⁴⁶.

Apesar de traçar algumas diferenças nas perspectivas marxista e institucionalista, os autores não destacam o caráter metodológico que confere sentido a essas diferenças. Durante o livro, Dugger e Sherman⁴⁷ trazem em diversas ocasiões a necessidade, segundo a visão institucionalista, da criação de regras, rotinas e convenções para manter uma coesão social harmônica quando as relações econômicas, políticas e sociais entram em conflito. Para os institucionalistas, as regras são criadas para resolver conflitos por meio da coordenação de interesses mútuos. A organização harmônica da sociedade, por meio da interação do indivíduo com o ambiente, é o motor da evolução social segundo a corrente institucionalista. Essa é a grande diferença metodológica entre institucionalistas e marxistas, uma vez que, para os últimos, a evolução social se dá justamente através do conflito – não da harmonia. A perspectiva marxista não está centrada somente, conforme argumentam os autores, na luta de classes, mas na luta em si entre contradições dialéticas.

44 "Vested interest" está relacionado com os interesses pessoais (ou de uma organização, empresa etc.) dentro de um comportamento rent-seeking – ou busca de renda, comportamento em que os agentes buscam manipular o ambiente econômico para ganhar renda através da especulação, ou seja, sem criar, efetivamente, riqueza. Quando um agente tem o poder de estabelecer um relacionamento com outros – através de contratos ou direito de propriedade – que seja vantajoso economicamente apenas para ele, este estabelece um "vested interest". É, portanto, uma relação de poder reflexo das relações de classe (DUGGER; SHERMAN, 2000).

45 Ibid.

46 Ibid.

47 Ibid.

Além disso, o fato de utilizar a dialética enquanto método não só descarta a questão da harmonia proposta pelos institucionalistas, como também adiciona uma dupla dimensão na interpretação de mundo marxista: a aparência e a essência para compreender o movimento do real. Analisando sob a ótica materialista histórica e dialética, os institucionalistas estariam interpretando as relações de evolução social apenas no plano da aparência, plano este que tem a propriedade de mistificar a realidade. A realidade se apresenta harmônica em primeiro momento; porém, abstraindo este modo de manifestação da realidade e retornando, posteriormente, ao concreto, o marxismo consegue compreender o papel principal do conflito enquanto motor da evolução social.

4. Críticas institucionalistas à Marx

Uma vez esclarecidas as semelhanças e divergências de interpretação das duas correntes de pensamento, é necessário, para estabelecer um debate entre estas, destacar duas críticas principais que autores institucionalistas – Veblen e Hodgson, principalmente – tecem a respeito de Marx. A primeira delas é de que Marx seria reducionista a termos sociais; ou seja, que este não teria uma concepção clara de indivíduo, sendo este determinado unicamente pela estrutura. A última diz respeito ao suposto caráter teleológico do pensamento do autor, tendo em vista seus escritos políticos afirmando que, uma vez superado o modo capitalista de produção, o regime que viria a substituir seria o socialismo; sendo, portanto, segundo as críticas, um ponto de chegada necessário à evolução estrutural da sociedade.

Em relação ao primeiro ponto, Veblen⁴⁸ realiza uma crítica à metodologia materialista empregada por Marx que, segundo ele, não leva em conta o indivíduo enquanto sujeito ativo da própria história. Veblen argumenta que Marx enfatiza unicamente o aspecto social do ser humano e que a divisão de classes entre trabalhador assalariado e capitalista é insuficiente para analisar a ação dos indivíduos, uma vez que seus hábitos, instintos e concepções de pensamento são específicos de cada um. Marx, então, estaria utilizando a noção de um indivíduo determinado pela superestrutura, cuja função é apenas atuar como canal de transmissão e expressão das mudanças sociais. Nas palavras do autor:

While the materialistic interpretation of history points out how social development goes on – by a class struggle that proceeds from maladjustment between economic structure and economic function – it is nowhere pointed out what is the operative force at work in the process. It denies that human discretion and effort seeking a better adjustment can furnish such a force, since it makes man the creature of circumstances. This defect reduces itself under the author's hand to a misconception of human nature and of man's place in the social development. The materialistic theory

48 VEBLLEN, Thorstein. “Review of Max Lorenz's ‘Die Marxistische Socialdemokratie’”. *Journal of Political Economy*, v. 6, n. 1, 1897, p. 136-137, 1897.

conceives of man as exclusively a social being, who counts in the process solely as a medium for the transmission and expression of social laws and changes; whereas he is, in fact, also an individual, acting out his own life as such. Hereby is indicated not only the weakness of the materialistic theory, but also the means of remedying the defect pointed out. With the amendment so indicated, it becomes not only a theory of the method of social and economic change, but a theory of social process considered as a substantial unfolding of life as well⁴⁹.

Nesse sentido, o pensador aponta o que seria uma concepção equivocada de Marx a respeito da natureza do homem e de seu lugar no desenvolvimento social ao explicar o indivíduo apenas por características socioeconômicas. Veblen não nega que o ser humano seja dotado de tais características, mas enfatiza que, além disso, ele também é um indivíduo sujeito da própria história, que atua ativamente na própria vida e modifica o contexto social.

Quando Veblen⁵⁰ afirma que Marx não aponta a força em ação que opera no processo do desenvolvimento social, fazendo com que o homem seja interpretado, pelo materialismo marxista, como criatura das circunstâncias – ou mecanismo de transmissão e expressão de leis sociais – ele está desconsiderando os efeitos da práxis. Marx desenvolve o termo aristotélico em 1845 nas suas “Teses sobre Feuerbach”⁵¹ para criticar o “materialismo contemplativo”⁵² do autor, que interpreta a realidade – o sensível – como objeto do conhecimento, de modo contemplativo, e não como atividade humana prática.

A práxis, para Marx, pode ser entendida como a contraposição da contemplação, a prática humana consciente, pensada previamente, num sentido teleológico: o homem agindo conforme a finalidade estabelecida por este⁵³. A partir dessa categoria, Marx defende, então, que “as circunstâncias são transformadas pelos homens”⁵⁴ e que “a coincidência entre a mudança das circunstâncias e da atividade humana ou a mudança de si, apenas pode ser racionalmente concebida e compreendida como práxis revolucionária”⁵⁵.

49 Ibid., p. 137.

50 Ibid.

51 Tradução retirada de MARQUES, Sílvio César Moral. “Questões filosóficas decorrentes das traduções das Teses sobre Feuerbach”. *Crítica Marxista*, n. 35, p. 131-151, 2012. O autor realiza uma tradução rigorosa do original em alemão, explicitando em notas de rodapé diversos conceitos que foram traduzidos para o português utilizando diferentes termos. A partir disso, explicou filosoficamente o motivo da opção pelos termos que utilizou.

52 MARX, Karl [1845]. “Contra Feuerbach”. In: MARQUES, Sílvio César Moral. Questões filosóficas decorrentes das traduções das Teses sobre Feuerbach. Trad. Sílvio César Moral Marques. *Crítica Marxista*, n. 35, 2012, p. 136.

53 MAYORAL, María Rosa Palazón. *La filosofía de la praxis según Adolfo Sánchez Vázquez*. 2007. MARQUES, Sílvio César Moral. “Questões filosóficas decorrentes das traduções das Teses sobre Feuerbach”. *Crítica Marxista*, n. 35, p. 131-151, 2012.

54 MARX, Karl [1845]. “Contra Feuerbach”. In: MARQUES, Sílvio César Moral. Questões filosóficas decorrentes das traduções das Teses sobre Feuerbach. Trad. Sílvio César Moral Marques. *Crítica Marxista*, n. 35, 2012, p. 134.

55 Ibid., p. 134.

Além disso, é possível perceber, inclusive, certa similaridade de Veblen com o modo que Marx trata o homem concreto: enquanto homem-sujeito da história, que decide sua prática; e o homem-objeto da história, cuja existência é moldada pela transformação histórica⁵⁶. De modo – metodologicamente diverso, mas teoricamente – semelhante, Veblen concebe a transformação do indivíduo como produto de sua interação com o ambiente, ao passo que a transformação do ambiente também é produto da ação humana.

Quanto à crítica realizada por Veblen⁵⁷ sobre o “coletivismo metodológico” de Marx, isto é, o indivíduo unicamente social, o livro *Manuscritos Econômicos e Filosóficos*, que reúne uma série de anotações escritas por Marx durante o ano de 1844, publicado somente em 1932 – portanto, após o falecimento de Veblen, em 1929 –, possui passagens que permitem esclarecer a concepção marxista de indivíduo:

Acima de tudo é preciso evitar fixar mais uma vez a “sociedade” como abstração frente ao indivíduo. O indivíduo é o *ser social*. Sua manifestação de vida – mesmo que ela também não apareça na forma imediata de uma manifestação *comunitária* de vida, realizada simultaneamente com outros – é, por isso, uma externalização e confirmação da *vida social*. A vida individual e a vida genérica do homem não são *diversas*, por mais que também – e isto necessariamente – o modo de existência da vida individual seja um modo mais *particular* ou mais *universal* da vida genérica, ou quanto mais a vida genérica seja uma vida individual mais *particular* ou *universal*.

Como *consciência genérica* o homem confirma sua *vida social* real e apenas repete no pensar a sua existência efetiva, tal como, inversamente, o ser genérico se confirma na consciência genérica, e é, em sua universalidade como ser pensante, para si.

O homem – por mais que seja, por isso, um indivíduo *particular*, e precisamente sua particularidade faz dele um indivíduo e uma coletividade efetivo-*individual* (*wirkliches individuelles Gemeinwesen*) – é, do mesmo modo, tanto a *totalidade*, a totalidade ideal, a existência subjetiva da sociedade pensada e sentida para si, assim como ele também é na efetividade, tanto como intuição e fruição efetiva da existência social, quanto como uma totalidade de externalização humana de vida.

Pensar e ser são, portanto, certamente *diferentes*, mas [estão] ao mesmo tempo em *unidade* mútua⁵⁸.

56 MASSON, Gisele. “Materialismo histórico e dialético: uma discussão sobre as categorias centrais”. *Práxis Educativa*, Ponta Grossa, v. 2, n. 2, p. 105-114, 2007.

57 VEBLER, Thorstein. “Review of Max Lorenz’s ‘Die Marxistische Sozialdemokratie’”. *Journal of Political Economy*, v. 6, n. 1, 1897, p. 136-137, 1897.

58 MARX, Karl. *Manuscritos econômico-filosóficos*. 2. reimpr. São Paulo: Boitempo, 2008, p. 107-108, ênfase do autor.

O trecho esclarece que, além de Marx estar preocupado com a questão do indivíduo desde antes da primeira publicação d’*O Capital*, em 1867, o tratamento do indivíduo se dá através da lógica dialética. Isso significa que, conforme explicitado pelo autor, o indivíduo é particular e também genérico. Essas antíteses não se anulam, uma vez que na dialética o ser é a si e outro ao mesmo tempo, conformando a unidade e a contradição. Sua vida se manifesta, materialmente, como expressão da vida social, fazendo deste um ser social. A mesma particularidade que faz o indivíduo ser a si mesmo, autônomo, livre e diverso, é a particularidade que faz dele o ser social, genérico e coletivo. Em outro trecho, o autor exemplifica como isso é possível:

Posto que também sou *cientificamente* ativo etc., uma atividade que raramente posso realizar em comunidade imediata com outros, então sou ativo *socialmente* porque [o sou] enquanto *homem*. Não apenas o material da minha atividade – como a própria língua na qual o pensador é ativo – me é dado como produto social, a minha *própria* existência é atividade social; por isso, o que faço a partir de mim, faço a partir de mim para a sociedade, e com a consciência de mim como um ser social⁵⁹.

Chagas⁶⁰ realiza um estudo a respeito do indivíduo no pensamento de Marx. A partir da análise de diversas obras do pensador, o autor chega a quatro pressupostos para o estabelecimento de uma teoria do indivíduo em Marx: o indivíduo, singularmente e em sua concretude corpórea, é um indivíduo natural, parte da natureza; este também é produto do desenvolvimento histórico, portanto, mutável e dinâmico; além disso, também é resultado da sociabilidade e não pode ser considerado como ser isolado, autossuficiente e independente, uma vez que esta concepção de indivíduo mistifica as relações sociais que explicam o indivíduo; por fim, e apesar de todos os pressupostos anteriores que condicionam sua existência, o indivíduo é ativo: é ele que se autocria, autoconstitui a si mesmo através do trabalho.

Uma outra crítica realizada pelos institucionalistas, neste caso Hodgson⁶¹, é que a teoria marxista é teleológica porque esta pressupõe que o comunismo é o ponto de chegada da evolução revolucionária. O autor argumenta que Marx definia que a luta de classes seria resolvida invariavelmente através da revolução socialista; revolução esta que culminaria no comunismo através do completo desenvolvimento das forças produtivas. Nas palavras de Hodgson:

59 Ibid., p. 107, ênfase do autor.

60 CHAGAS, Eduardo F. “O indivíduo na teoria de Marx”. *Revista OFFLINE*, n. 1, 2013.

61 HODGSON, G.; CALLINICOS, Alex. “Institutionalism versus Marxism: Perspectives for Social Science - A Debate Between Geoffrey Hodgson and Alex Callinicos”. *Working Paper: University of Hertfordshire Business School*. United Kingdom, 2005.

Concerning the issue of teleology versus evolution, there is a contrast between Veblen's Darwinian conception, on the one hand, and the Marxian notion, on the other. If you believe that the circumstances in which people are placed will inevitably lead them to struggle against their oppression, whatever the cultural circumstances, or the ideology, or the political mediations involved, then you harbour a notion of an immanent, teleological development of society. Due to perceived mechanisms and constraints, society is impelled down a particular road towards a particular outcome. Marx also argues that the development of the 'productive forces' at any point of time is consistent with a particular set of social relations. For him, highly developed productive forces imply communism, and communism only. History may not be rigidly determined but it has an ultimate destination, whether or not the destination is actually achieved.

This teleological theme in Marxism is evident, for instance, in the notion that capitalism is the last class society, and that after a revolution (which is not necessarily regarded as inevitable) the next stage will be socialism and then communism. Implicit here is the idea of a perceived destination to history. History is driving (not necessarily with certainty or inevitability but) towards an immanent end which is itself pre-ordained⁶².

Veblen argumenta no mesmo sentido:

The class struggle so conceived should always and everywhere tend unremittingly toward the socialistic consummation, and should reach that consummation in the end, whatever obstructions or diversions might retard the sequence of development along the way. Such is the notion of it embodied in the system of Marx. [...] It is quite impossible on Darwinian ground to foretell whether the "proletariat" will go on to establish the socialistic revolution or turn aside again, and sink their force in the broad sands of patriotism. It is a question of habit and native propensity and of the rang of stimuli to which the proletariat are exposed and are to be exposed, and what may be the outcome is not a matter of logical consistency, but of response to stimulus⁶³.

O próprio Callinicos, em texto escrito em conjunto com Hodgson, defende Marx nesse sentido, negando uma tese de inevitabilidade histórica do pensador. Callinicos enfatiza que, a partir da crise de um modo de produção, existem diferentes possibilidades históricas que se abrem, diversas soluções alternativas, que podem se concretizar através da derrubada do modo de produção anterior e a substituição por outro – não necessariamente o socialismo. Além disso, este também ressalta que esta transformação revolucionária pode

62 Ibid., p. 5.

63 VEBLEN, Thorstein. "The socialist economics of Karl Marx and his followers". *The Quarterly Journal of Economics*, v. 21, n. 2, 1907, p. 308-309.

não ocorrer, permanecendo estagnado o mesmo conflito de classes, ou até levando ao retrocesso⁶⁴.

Além disso, é também necessário considerar a práxis revolucionária para compreender a visão de Marx a respeito do socialismo. A práxis revolucionária não é apenas a ação consciente do homem: é a ação consciente do homem orientada à transformação do mundo ao mesmo tempo em que este interpreta o mundo⁶⁵. Marx, em suas “Teses sobre Feuerbach”, quando afirma que “os filósofos têm apenas *interpretado* o mundo de diversas formas, trata-se agora de *transformá-lo*”⁶⁶, está propondo uma ação consciente revolucionária através da interpretação materialista dialética do modo de produção capitalista. Seu objetivo era, de fato, a realização do comunismo. Por este motivo o pensador se engaja politicamente e diretamente, junto a Engels, na organização da primeira internacional. A práxis de Marx era direcionada a este fim. A práxis, como já explicitado anteriormente, é teleológica. Isso não quer dizer que a conquista do socialismo e, posteriormente, do comunismo, seja uma lei que necessariamente ocorreria. Se fosse isso, citando Callinicos, “what is the point of all that, if it is all going to happen anyway?”⁶⁷.

5. Considerações finais

O artigo buscou realizar um debate entre as correntes de pensamento marxista e institucionalista, principalmente contrapondo Marx e Veblen, para entender por que a evolução do processo histórico e dos fenômenos sociais, tão similar nos dois autores, são tratadas de modo tão discrepante. Em primeiro momento, notamos a proximidade da metodologia utilizada por ambos, devido ao seu caráter evolucionário. Para institucionalistas e marxistas, a ação do homem interfere na história e no ambiente – tanto o ambiente natural quanto social –, assim como suas ações são, de certa forma, condicionadas por este ambiente, uma vez que o homem é produto do meio. Destarte, a evolução é resultado dessa interação.

Ademais, as duas interpretações convergem no que diz respeito à crítica à economia ortodoxa e neoclássica. Ambos argumentam contra a concepção do indivíduo hedonista utilitário, cuja ação é orientada, fundamentalmente, pela busca por prazeres, ou maior quantidade de bem-estar individual. Para Veblen e Marx, não existe a possibilidade de

64 HODGSON, G.; CALLINICOS, Alex. “Institutionalism versus Marxism: Perspectives for Social Science - A Debate Between Geoffrey Hodgson and Alex Callinicos”. *Working Paper: University of Hertfordshire Business School*. United Kingdom, 2005.

65 BARROS, José D.'Assunção. “Práxis: considerações sobre as assimilações de um conceito pelo materialismo histórico”. *História Social*, v. 1, n. 20, p. 187-199, 2011.

66 MARX, Karl [1845]. “Contra Feuerbach”. In: MARQUES, Sílvio César Moral. Questões filosóficas decorrentes das traduções das Teses sobre Feuerbach. Trad. Sílvio César Moral Marques. *Crítica Marxista*, n. 35, 2012, p. 136, ênfase do autor.

67 HODGSON, G.; CALLINICOS, Alex. “Institutionalism versus Marxism: Perspectives for Social Science - A Debate Between Geoffrey Hodgson and Alex Callinicos”. *Working Paper: University of Hertfordshire Business School*. United Kingdom, 2005, p. 15.

construir uma teoria adequada assentada nessa noção idealizada do indivíduo dado, isolado, estático, perene e completamente racional. Os autores trabalham com a realidade dinâmica, com a especificidade histórica e com o impulso do caos e do desequilíbrio para as transformações evolutivas.

No entanto, a diferença fundamental é o conflito. Na metodologia evolucionária, os conflitos são resolvidos por meio do estabelecimento de rotinas, regras e leis que procuram harmonizar os interesses discrepantes mediante a coordenação dos interesses mútuos. É através, portanto, dessa harmonia que ocorrem as mudanças evolutivas. Já na metodologia dialética, o próprio conflito é o motor das mudanças evolutivas. Os seres, seus interesses e o próprio mundo são antitéticos, sendo possível estabelecer uma harmonia apenas no nível da aparência mistificada dos fenômenos. O concreto, o essencial, estão constantemente em luta.

As próprias críticas de Veblen, Hodgson e outros institucionalistas ao marxismo, derivam dessa diferença metodológica. Por desenvolver o pensamento dentro de uma metodologia evolucionária: i) fora das bases da dialética, não concordam que o ser pode ser, concomitantemente, ele mesmo e um outro – o indivíduo, simultaneamente, genérico e particular; ii) fora das bases do materialismo, não reconhecem a unidade e contradição entre teoria e prática – a práxis. Assim sendo, apesar de, aparentemente, estarem concordando em diversos assuntos, por utilizarem metodologias diferentes, a profundidade da análise e, portanto, a própria interpretação de mundo do marxismo e institucionalismo, é fundamentalmente discrepante.